



A REPÚBLICA PORTUGUESA – *Diário Republicano Radical da Manhã*, publicou-se em Lisboa, ao longo de 168 números, entre 13 de Outubro de 1910 e 22 de Abril de 1911¹. Teve redacção e administração provisórias na Calçada do Sacramento, ao Chiado, n.º 44 (apenas para o número inaugural) e, a partir de 14 de Outubro de 1910 (n.º 2), na Rua da Rosa, n.º 51, 2.º. Só a 1 de Janeiro de 1911, ao cabo de 78 números publicados, se estabeleceu este jornal em sede definitiva, na Travessa do Carmo, n.º 1, 1.º Dto. Nos primeiros dois números foi composto e impresso na Tipografia Mendonça, na Rua do Corpo Santo, n.º 48², passando ao número 3 (de 15 de Outubro de 1910) e até ao fim da sua publicação, a sair dos prelos da Rua do Norte, n.º 102 e 104. O número avulso custava 10 réis e as assinaturas variavam entre os 300 (mensal) e os 3600 réis (anual). Em todos os números ostentou no cabeçalho a divisa «Intransigência, Verdade e Justiça».

ESTRUTURA GRÁFICA

A *República Portuguesa* publicou-se em exemplares de quatro páginas, estruturadas, até ao n.º 26, em 5 colunas e, a partir de 8 de Novembro de 1910 (n.º 27) em 6. Esta disposição foi amiúde rasgada por “manchetes” a toda a largura da 1.ª página (mais frequentes nos números iniciais), ocupando um quarto ou um terço da área impressa abaixo do cabeçalho. Para além destas “manchetes”, as primeiras páginas eram dedicadas aos editoriais de fôlego e aos comentários políticos, seguindo-se-lhes, nas segundas páginas, as rúbricas (assinadas ou não) e o noticiário. As terceiras páginas intercalavam pequenos anúncios (que foram aumentando) com notícias, e a página final era reservada a publicidade. Este esquema inicial foi-se diluindo, sobretudo pelo peso crescente da publicidade que foi ocupando também as segundas páginas³, na proporção inversa das rúbricas que foram desaparecendo⁴; e também pela inserção de folhetins a partir do terceiro número (15 de Outubro de 1910), alternando entre a 2.ª e a 3.ª páginas, chegando mesmo a publicar-se dois em simultâneo⁵.

¹ Com uma interrupção por quatro dias, entre 9 e 12 de Janeiro de 1911, por «motivos acidentais» de natureza não esclarecida (cf. n.º 86, de 13 de Janeiro de 1911, p. 1). A partir do n.º 87 (de 14 de Janeiro de 1911) deixou de se publicar à 2ª feira, em virtude do descanso semanal dos funcionários ao domingo (cf. n.º 87, p. 1).

² Cf. n.º 1, anúncio na p. 4.

³ A publicidade era paga, na «secção de anúncios» (ou seja, na página 4) a 20 réis a linha; «na 1ª, 2ª e 3ª páginas as publicações [de anúncios] são feitas por contrato especial» (n.º 50, p. 3).

⁴ As rúbricas fixas, assinadas pelos redactores (“O Cisco do Dia” por Câmara Reis, “A Política”, pelo mesmo, por Carlos Olavo e por Xavier da Silva, a “Crónica Literária” e as “Questões Sociais” por Tomás da Fonseca) fizeram a sua aparição nos primeiros números mas foram desaparecendo.

⁵ Foram publicados em folhetim: *Noventa e Três*, de Victor Hugo (do n.º 3 ao n.º 93, de 21 de Janeiro de 1911); *Crime e Castigo*, de Dostoiévsky (do n.º 94, de 22 de Janeiro de 1911, até ao fim da publicação, ficando incompleto); *O Doutor Belmiro* (em simultâneo com o anterior, a

Finalmente, a partir do n.º 138, de 17 de Março de 1911, a primeira página passou a contar também com o elemento gráfico da caricatura, através da colaboração de **Cristiano de Carvalho** (1874-1940)⁶.

CORPO ADMINISTRATIVO E REDACTORIAL

Foram fundadores d'*A República Portuguesa*, e seus primeiros proprietários e redactores, **Manuel Bravo** (1880-1955), **Ribeiro de Carvalho** (1880-1942) e **Tomás da Fonseca** (1877-1968). Deste grupo inicial faziam ainda parte **Severino Soares**, como administrador, e **Santiago Prezado** (1883-1971), como redactor-gerente⁷. Anunciava-se no número 2 a colaboração de Luís da Câmara Reis, Carlos Olavo, Alberto Xavier, Francisco Pulido Valente, Carlos Amaro, Alfredo Pimenta e Silva Passos, colaboração cuja efectividade só se tornou patente a partir do n.º 6, de 18 de Outubro de 1910⁸. Contudo, a unidade deste grupo foi brevíssima: logo no primeiro número se anunciava o convite a Tomás da Fonseca para secretário do ministro do Fomento, cargo que o afastaria das páginas do jornal, deixando mesmo de exercer como redactor ao n.º 16, de 28 de Outubro⁹; a 14 de Outubro, Ribeiro de Carvalho passou a secretário particular do ministro das Finanças¹⁰; Santiago Prezado deixou o jornal ao n.º 10, de 22 de Outubro¹¹, retirando-se para a Figueira da Foz; a 27 de Outubro Carlos Olavo tomou posse como secretário-geral do Governo Civil de Lisboa¹², afastando-se da colaboração; finalmente, os nomes de Manuel Bravo e Ribeiro de Carvalho, como proprietários e redactores, e o de Severino Soares, como administrador, apareceram no cabeçalho pela última vez ao n.º 17, de 29 de Outubro. Após 15 dias de publicação, *A República Portuguesa* tinha os seus órgãos administrativo e redactorial e o corpo de colaboradores diluído.

partir do n.º 140, de 19 de Março de 1911, até ao n.º 161, de 14 de Abril de 1911, ficando incompleto). Estes folhetins percorreram todas as páginas do jornal, da primeira à última.

⁶ Cristiano de Carvalho publicou nas páginas d'*A República Portuguesa* sete caricaturas, aos números 138 (17 de Março de 1911), 142 (22 de Março), 145 (25 de Março), 147 (29 de Março), 149 (31 de Março), 163 (16 de Abril) e 165 (19 de Abril).

⁷ Ribeiro de Carvalho, que tinha actividade jornalística em prol da República desde 1897, através da colaboração no jornal *Integridade* (primeiro periódico republicano a ser publicado em Leiria), viria a ser proprietário e director d'*O Liberal* (1918?-1921), sócio de *O Século* (ca. 1922), director da 2.ª série do *República* (1921-1925), fundado por António José de Almeida, e director e proprietário da 3.ª série deste mesmo jornal (1930-1941); Tomás da Fonseca, para além da sua obra literária e propagandista, teve ampla colaboração na imprensa periódica, antes e depois do presente título; Santiago Prezado, iniciado no periodismo republicano em Coimbra, em 1907 (cumprindo aí prisão académica por altercação jornalística com um lente), viria a ser editor e co-proprietário do *Diário da Tarde* (1925) e a colaborar, entre outras publicações, na *Seara Nova*. Manuel Bravo, Ribeiro de Carvalho e Tomás da Fonseca tomaram assento parlamentar em 1911.

⁸ No n.º 6, p. 1, Carlos Olavo na rubrica "Política" e Luís da Câmara Reis na rubrica "Cisco do Dia"; ao n.º 7, p. 1, primeiros artigos de Alfredo Pimenta e Pulido Valente; no n.º 8, p. 1, início de colaboração assídua por Álvaro de Castro; no n.º 9, p. 1, Xavier da Silva preenche a rubrica "Política".

⁹ Cf. n.º indicado, p. 1.

¹⁰ Cf. n.º 3, de 15 de Outubro de 1910, p. 3.

¹¹ Cf. n.º indicado, p. 2.

¹² CF. n.º 15, p. 3.

A 30 de Outubro de 1910, «em virtude das disposições da lei de imprensa, o concelho de redacção, composto por Carlos Olavo, Francisco Pulido Valente, Alberto Xavier, Ribeiro de Carvalho e Arlindo Monteiro, decidiu escolher para redactor principal Manuel Bravo e para director **Luís da Câmara Reis**¹³. A *República Portuguesa* continua tendo a colaboração efectiva de Tomás da Fonseca, Lopes de Oliveira, Santiago Prezado, Alfredo Pimenta, Álvaro de Castro, António Aurélio e Silva Passos»¹⁴. Armando Ribeiro da Costa passou a ser o editor.

Por um único número, o 18, a propriedade do título figurou sob a designação social da “Empresa da República Portuguesa”. Logo na edição seguinte, de 31 de Outubro, era indicado como proprietário e redactor principal Manuel Bravo. No mesmo exemplar anunciava-se a nomeação de Lopes de Oliveira para director das escolas normais de Lisboa, o que o afastaria da colaboração. Com a recomposição do grupo de colaboradores, os nomes mais constantes nas páginas d’A *República Portuguesa* viriam a ser **Alfredo Pimenta, Luiz Cardim** e, a partir de 1911, **Ginestal Machado**; Câmara Reis e Manuel Bravo, após o impulso inicial, resguardavam-se em posições administrativas, assinando artigos apenas em casos de tomada de posição institucional ou em matérias que reputavam de importância decisiva.

Mas as alterações orgânicas do jornal não ficaram por aqui: a partir de 14 de Novembro de 1910, Severino Soares regressou às funções de administrador; entre 11 de Dezembro de 1910 e 31 de Março de 1911, Rui de Albergaria foi o editor; a partir de 27 de Janeiro de 1911, F. Pina Lopes passou a figurar como administrador, substituindo Severino Soares; finalmente, de 1 de Abril de 1911 até ao fim da publicação, Manuel Bravo assumiu as responsabilidades de editor, proprietário e redactor principal.

LINHA EDITORIAL: A RADICAL DEFESA DA REVOLUÇÃO

Iniciando publicação escassos dias após revolução de 5 de Outubro, as primeiras linhas d’A *República Portuguesa* foram dirigidas em tom proclamatório “Ao Povo Português”:

«Este jornal, saído da Revolução, não pode esquecer aquele que a fez, numa hora tremenda do seu esforço heróico. [...] Isto era, ainda ontem, uma Falperra ignóbil, uma Calábria infame. [...] E o povo teve esse gesto heróico: varreu a praça pública. [...] Nós, filhos da Revolução gloriosa que deu ao mundo uma nova pátria, vimos chamar o Povo a colaborar conosco, nesta obra que será a continuação a sua luta de ontem. [...] A obra social é como a eternidade: infinita para todos os lados, progressiva sob todos os aspectos [...]».¹⁵

Tratava-se agora, segundo o editorial, de construir “A nova Pátria”:

¹³ Luís da Câmara Reis (1885-1961), que foi um dos mais frequentes colaboradores deste jornal nos primeiros números, havia sido director da *Mocidade* (1899-1905), teve ampla colaboração na imprensa antes e depois do título aqui em análise, e veio a ser um dos fundadores da *Seara Nova*.

¹⁴ N.º 18, de 30 de Outubro de 1910, p. 1.

¹⁵ N.º 1, p. 1.

«O passado está extinto e um mundo novo nasce. Muito bem! Depois de ter destruído, vamos agora a construir. O pórtico do novo edifício ergue-se já e é maravilhoso. Vamos a construir solidamente o edifício todo.

Condição essencial para construir bem: façamos tudo de novo, com materiais novos. Do velho regime só há escombros. Com entulho nada se constrói. Para longe o lixo do passado! [...]

Cinco de outubro foi um movimento político, de carácter fundamentalmente moral. Nós destruimos a monarquia, não porque ela era monarquia, mas porque era um foco de infecção e de corrupção.

A primeira palavra do nosso programa político é pois esta: moralidade. Estão expulsos os jesuítas e os frades. Afastemos agora para longe os parasitas do Estado. Eles vêm já em chusma para nós. [...] Um minuto de solidariedade com semelhantes homens seria a nossa perda. A República triunfou porque os combateu. A República triunfará combatendo-os, mas só assim triunfará. Limpemos o Estado dos inúteis e nocivos e deixemos ficar apenas os necessários e os bons.

[...] Os republicanos não podem colocar-se à frente dos bandos que durante quase um século exploraram a miséria e a servidão intelectual das nossas populações agrícolas. [...]

O caciquismo quer sobreviver à sombra da bandeira da República. Não sobreviverá. [...]

[...] Inspiremo-nos simplesmente no nosso programa de oposição, nas reclamações da opinião que traduzimos em vinte ou trinta anos de propaganda, nos nossos jornais, nos nossos panfletos, nos nossos discursos, nas nossas conferências. É preciso realizar hoje o que dissémos e escrevemos [...].

[...] Chefes políticos da monarquia não podem ter a pretensão de transferir para a República o programa da sua ambição pessoal. [...] A sua carreira acabou.»¹⁶

E acrescentava-se noutro editorial, como tarefa para “Depois da Revolução”:

«Contra a opinião de muitos, que julgam acabada a missão de combatentes, nós, os insatisfeitos com os louros da vitória revolucionária, tomamos novas posições de defesa [...] porque vemos claramente que a luta não terminou com o triunfo do dia 5. As hostilidades persistem, continuam. Apenas alteraram a feição e mudaram de campo, mudando a táctica dos adversários.

[...] Atenda-se bem nessas adesões interesseiras da última hora [...].

[...] É preciso correr essas hordas famintas que vieram do antigo regime [...] para que a República não tenha que pedir mais sangue ao povo para ampará-la e defendê-la. [...]

Pode o governo provisório, e, como este, todos os governos republicanos, contar com o apoio do povo revolucionário e de todos os sinceros democratas para o saneamento da atmosfera política que tem asfixiado, envenenado o país.

[...] Que o governo republicano saiba interpretar o sentimento revolucionário e dar satisfação às reclamações do povo que o acompanha e sustenta. Só assim cumprirá inteiramente o seu dever patriótico.»¹⁷

No segundo número, à sentença que resumia o programa dos “Homens Novos” («Há uma coisa agora mais difícil do que ter feito a República: — é defendê-la.»¹⁸), acrescentava-se um programa político progressista e radical:

«Uma República burguesa, uma República conservadora, não satisfazia, de modo algum, as aspirações vastíssimas de liberdade política e de liberdade económica de que vinham animados, quando saíram para a rua, os

¹⁶ *Ibidem.*

¹⁷ *Idem*, p. 2.

¹⁸ N.º 2, p. 1.

batalhadores da Revolução. A República tem de ser radical e progressiva, tem de derruir, de transformar, de deitar abaixo todo esse vergonhoso arcaboço da monarquia com os seus interesses inconfessáveis, com as suas injustiças clamorosas, com a sua miséria moral, com o seu descalabro material.»¹⁹

Este sumário de artigos dos dois primeiros números d'*A República Portuguesa* permite sintetizar o **projecto político** que se plasmava nas suas páginas: **defesa intransigente da revolução contra a reacção monárquica** (figurada no “adesivismo” e no caciquismo) e **saneamento da estrutura administrativa do País, como bases de construção da República que, pelo cumprimento integral dos seus princípios propagandeados, se concretizasse num regime progressista.**

A linha editorial do jornal permaneceu durante longo período cingida a este enunciado, muito eloquente de generalidades mas pouco definido em termos pragmáticos. Aliás, esta indefinição prática do campo político concreto (dentro da horizonte republicano) em que *A República Portuguesa* preconizava a prossecução da actividade governativa, levou a que o jornal ficasse até muito tarde “emparedado” entre, por um lado, a defesa do governo provisório, tido como a legítima concretização orgânica do ideário revolucionário ainda que se lhe reconhecesse demasiada transigência com os males do passado, e, por outro lado, a contestação popular a esse mesmo governo, que os redactores viam como justificada mas a qual temiam como alvo de manipulações que atentavam contra a consolidação da própria República. É assim que o percurso editorial d'*A República Portuguesa* se foi fazendo entre o elogio de Afonso Costa²⁰, a homenagem e exaltação do directório do Partido Republicano²¹ ou o louvor ao governo provisório²², e os alertas para que o movimento grevista, conquanto justo nas suas aspirações progressistas partilhadas pela redacção, não se convertesse em arma de mão da manipulação monárquica²³. A solução defendida como princípio institucional do jornal para este equilíbrio precário foi o prolongamento da vigência do governo provisório, em ditadura, opondo-se *A República Portuguesa* à realização próxima de eleições²⁴. Era esse o caminho visto como o mais propício à consolidação do novo e ameaçado regime.

O primeiro sinal explícito de desconforto com o governo assomou, ainda timidamente, ao n.º 51, de 3 de Dezembro de 1910, numa crítica (não assinada) à pose excessivamente burguesa com que o governo se apresentou no S. Carlos, lembrando fastos do regime anterior²⁵. **O ano de 1911 viria trazer a completa mudança de posicionamento do jornal face ao governo, despoletada por um episódio marginal à questão política:** a 15 de Janeiro

¹⁹ “Para a frente”, *ibidem*.

²⁰ Por Carlos Olavo, no n.º 6, de 18 de Outubro de 1910, p. 1.

²¹ N.º 43, de 24 de Novembro de 1910, p. 1.

²² N.º 77, de 30 de Dezembro de 1910, p. 1.

²³ Artigos de Câmara Reis nos n.ºs 61, de 13 de Dezembro de 1910, p. 1; n.º 62, de 14 de Dezembro de 1910, p. 1; n.º 81, de 4 de Janeiro de 1911, p. 1; n.º 139, de 18 de Março de 1911, p. 1; n.º 141, de 21 de Março de 1911, p. 1.

²⁴ Alfredo Pimenta foi o mais frequente defensor desta solução, em artigos no n.º 17, de 29 de Outubro de 1910, p. 1; e n.º 54, de 6 de Dezembro de 1910, p. 1. Foi secundado por Fernando Lopes, no n.º 57, de 9 de Dezembro de 1910, p. 1. A posição anti-eleições foi adoptada como linha editorial (cf. n.º 121, de 24 de Fevereiro de 1911, p. 1).

²⁵ “Aspectos da governação”, n.º 51, de 3 de Dezembro de 1910, p. 1.

de 1911, António José de Almeida deu início à publicação da 2.^a série da sua *República*. A recuperação deste título, semelhante ao d'*A República Portuguesa*, que já fora anteriormente registado, foi considerado como concorrência desleal pelos responsáveis deste último. Tanto mais quanto o endereço telegráfico d'*A República Portuguesa* era "República", causando extravio de correspondências para o periódico de António José de Almeida, situação agravada pela insolência do chefe da Estação Central Telegráfica de Lisboa que propôs solucionar a questão mediante a alteração daquele endereço. A polémica deu azo a artigos indignados de Câmara Reis e Manuel Bravo (que saltaram para a primeira linha, quebrando um relativo silêncio a que se tinham votado) e à troca de correspondência amarga entre estes e Carlos Babo²⁶. Ninguém mudou de título nem de endereço. Mas, até ao fim da sua publicação, *A República Portuguesa* não deixou de mostrar um acinte especial (e inédito até aí) para com António José de Almeida, a ponto de todas as caricaturas nela publicadas o terem como alvo²⁷.

Em relação a questões mais substanciais, talvez este episódio anedótico tenha precipitado a mudança de atitude d'*A República Portuguesa* face ao governo. No final desse mês de Fevereiro de 1911, Manuel Bravo veio reclamar eleições:

«Eleições! Eleições

Temos aqui sustentado o princípio contrário: nada de eleições! — dizíamos, dissemos nós sempre, ao encararmos a situação política da ditadura revolucionária pelo lado que suposemos que o governo a entenderia.

Eleições! Eleições! — reclamamos hoje, olhando de perto as necessidades mais instantes da República.

Eleições! Eleições! — insistiremos de hoje para o futuro, até que o Terreiro do Paço se resolva a falar desassombadamente ao país e a manifestar, com factos iniludíveis, que a obra do Governo é a obra da Revolução.

Mas como jamais ele terá voz suficientemente clara nem rasgo bastante audaz para provar que deseja merecer a confiança dos revolucionários, o nosso recurso será apelar para a reunião das Constituintes, na esperança de vermos o governo da República constituído por elementos que melhor saibam cumprir o mandato do povo e interpretar as aspirações da Revolução.

[...] Que venham, quanto antes, as Constituintes. Que se não demorem, para bem do país e da República.»²⁸

Câmara Reis veio em reforço de Manuel Bravo, demonstrando ser uma directiva editorial:

«Parece-me indispensável insistir na necessidade de realizar, o mais cedo possível, as eleições. Este jornal, na opinião unânime de todos os seus redactores, defendeu muitas vezes as vantagens duma ditadura demorada e útil. Mas essa ditadura devia ter um carácter radicalmente revolucionário, remodelando completamente a vida política nacional, com os mais puros e intransigentes princípios.

A actual ditadura, exercida por ministros que, na maior parte, têm tido uma absurda preocupação de mal entendida legalidade e de corruptora indulgência, não merece confiança aos republicanos que exigem mais que uma superficial e irrisória e insignificante modificação dos velhos processos e velhos erros.

²⁶ V. N.º 103, de 3 de Fevereiro de 1911, p. 1; n.º 107, de 8 de Fevereiro de 1911, p. 1; e n.º 108, de 9 de Fevereiro de 1911, p. 1.

²⁷ V. *Supra* nota 6.

²⁸ N.º 121, de 24 de Fevereiro de 1911, p. 1.

[...] Assim não. Assim é melhor irmos já para as eleições. Venha o que vier, a situação actual é insustentável por muito tempo.»²⁹

A contestação ao governo subiu de tom na questão das sindicâncias à Casa da Moeda, considerando-se em “manchete” a atitude do governo uma “medida à João Franco”³⁰. Embora logo de seguida se reconhecesse que “O Nosso Dever” (do jornal) era, por sobre as divergências “administrativas”, manterem-se firmes na defesa da República representada pelo governo³¹. Por fim, quase no término da sua publicação, Manuel Bravo fez o balanço da posição política radical que *A República Portuguesa* sustentava:

«Política Radical

Por mais de uma vez vem este jornal sustentando a necessidade de o governo imprimir a sua acção e dar aos seus planos um carácter uniformemente radical, de inspirar a sua obra colectiva num largo e definido programa de reivindicações económicas e de novos princípios jurídicos. Se é certo que da responsabilidade do governo algumas iniciativas têm surgido com feição acentuadamente avançada, o conjunto da obra principiada em 6 de outubro é de uma notável desigualdade, que bem manifesta a diversidade de orientação e educação política dos homens que compõem o gabinete. Não pertencemos ao número dos que se manifestam descontentes por não ter o governo satisfeito já todos os compromissos do partido republicano, no período da oposição. E não nos incluímos no número dos descontentes, porque nós, trabalhando conscientemente pela República, não desejamos que ela produza uma obra tumultuária, desconexa e imperdurável. Não quer isto dizer que nos sintamos satisfeitos com o trabalho realizado pelo governo provisório. Longe disso. [...] O que desejamos, o que reclamamos do poder é que ele desenvolva e assegure princípios radicais, tornando efectivas as reformas mais essenciais, enunciadas no programa do partido republicano.

[...] É indispensável, pois, que se pense a sério no problema social e que repare o governo em que é este um dos que mais instantemente reclamam uma solução imediata e democrática, sem sofismas nem zigzags.

As classes conservadoras e capitalistas não podem ser as únicas a disfrutar os benefícios do poder de que têm disposto até hoje — transformando-o em instrumento tirânico e opressor».³²

A República Portuguesa, nascida «da espontaneidade do desejo político e do desinteresse material dum reduzido número de rapazes que se propuseram ajudar a revolução feita poder, dentro dum programa de escrupuloso, íntegro e intransigente esforço republicano»³³, lançada num impulso impreparado, visível nos quase três meses de publicação em sede provisória, na inconstância dos seus órgãos e na confissão de que «a necessidade que tivemos de apressar a publicação d'*A República Portuguesa*, impossibilitou-nos de tratar mais assiduamente da disposição material do nosso jornal»³⁴ — terminou publicação inesperadamente, a 22 de Abril de 1911, ao cabo de 168 números.

Por Pedro Mesquita

Lisboa, 21 de Junho de 2012

²⁹ N.º 122, de 25 de Fevereiro de 1911, p. 1.

³⁰ N.º 127, de 4 de Março de 1911, p. 1.

³¹ Cf. n.º 129, de 7 de Março de 1911, p. 1.

³² N.º 164, de 18 de Abril de 1911, p. 1.

³³ Manuel Bravo em carta a Luís da Câmara Reis, publicada no n.º 107, de 8 de Fevereiro de 1911, p. 1.

³⁴ Pedido de desculpa aos leitores no n.º 2, de 14 de Outubro de 1910, p. 1.

BIBLIOGRAFIA

- DUARTE, Luís Fagundes, "Sant'iago-Prezado, um poeta esquecido", in *Colóquio. Letras*, n.º 92, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Julho de 1986, p. 179.
- *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda., 1978.
- *Jogo (O) da política moderna: desenho humorístico e caricatura na I República*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2010.
- *Jornais republicanos; 1848-1926*, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2011.
- LEMOS, Mário Matos e, *Jornais diários portugueses do século XX: um dicionário*, Coimbra: Ariadne Editora/Ceis20, [2006].
- MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.); Guinote, Paulo; Mesquita, Pedro Teixeira; Dias, João José Alves, *Parlamentares e ministros da 1ª República (1910-1926)*, Lisboa/Porto: Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2000.
- PIRES, Daniel, *Dicionário da imprensa periódica literária portuguesa do século XX, (1900-1940)*, Lisboa: Grifo, 1996.